

---

**A PERMANÊNCIA DO PASSADO E O SILENCIAMENTO  
DAS VÍTIMAS DO AUTORITARISMO EM A NOVA ORDEM,  
DE BERNARDO KUCINSKI**

Permanence of the past and silencing of the victims of authoritarianism  
in the novel *A nova ordem*, by Bernardo Kucinski

Weverson Dadalto<sup>1</sup>

Fabiola Simão Padilha Trefzger<sup>2</sup>

**RESUMO:** No romance distópico *A nova ordem* (2019), de Bernardo Kucinski, o ponto de vista narrativo privilegia os líderes de um regime político totalitário instalado no Brasil; pouca ou nenhuma voz é concedida aos sujeitos aniquilados pelo estado de exceção. Essa escolha narrativa parece contrastar com a obra ficcional anterior do autor, na maior parte relacionada à memória das vítimas da ditadura militar brasileira. A partir dessa constatação inicial, este artigo pretende discutir a relação entre narração ficcional, por um lado, e elaboração do passado, crítica do tempo presente e perspectivas de futuro, por outro. Para isso, será observada a permanência do autoritarismo e da violência no Brasil, o que resulta no silenciamento dos grupos minoritários e das vozes políticas de resistência ao fascismo. A partir das teorias de Benjamin (2012), Adorno (2012), Chauí (2017), Ginzburg (2017) e Seligmann-Silva (2019), entre outros, pretende-se demonstrar como a distopia elaborada por Kucinski propõe um cenário ficcional que projeta para o futuro as possíveis consequências das tendências fascistas observáveis no presente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bernardo Kucinski; *A nova ordem*; Elaboração do passado; Autoritarismo; Violência.

**ABSTRACT:** In the dystopian novel *A nova ordem* (2019), by Bernardo Kucinski, the narrative point of view privileges the leaders of a totalitarian political regime installed in Brazil; little or no voice is given to subjects annihilated by the state of exception. This narrative choice seems to contrast with the author's previous fictional work, mostly related to the memory of the victims of the Brazilian military dictatorship. Based on this initial observation, this article aims to discuss the relationship between fictional narration, on the one hand, and elaboration of the past, criticism of the present time and perspectives of the future, on the other. Therefore, the permanence of authoritarianism and violence in Brazil will be observed, a fact which results in the silencing of minority groups and the political voices of resistance to fascism. Based on the theories of Benjamin (2012), Adorno (2012), Chaui (2017), Ginzburg (2017) and Seligmann-

---

<sup>1</sup> Mestre e doutorando em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo, UFES. Professor do Instituto Federal do Espírito Santo, IFES, Vitória-ES, Brasil. Endereço de e-mail: [weversondadalto@gmail.com](mailto:weversondadalto@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFM. Professora da Universidade Federal do Espírito Santo, UFES, Vitória-ES, Brasil. Endereço de e-mail: [fabiolapadilha27@gmail.com](mailto:fabiolapadilha27@gmail.com).

Silva (2019), among others, it seeks to demonstrate how the dystopia developed by Kucinski proposes a fictional scenario that projects into the future the possible consequences of the fascist tendencies observable in the present.

**KEYWORDS:** Bernardo Kucinski; *A nova ordem*; Elaboration of the past; Authoritarianism; Violence.

Walter Benjamin, na sétima tese de seu célebre ensaio “Sobre o conceito de história”, observa que o investigador historicista conformista, ao analisar os conflitos sociais que configuram uma determinada época, estabelece uma relação de identificação afetiva com os vencedores, e não com os vencidos: “Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores” (BENJAMIN, 2012, p. 244). Comentando a tese de Benjamin, Michael Löwy esclarece: “Ele acusa o historicismo de identificação com os vencedores. Evidentemente, o termo ‘vencedor’ não se refere, aqui, às batalhas ou guerras comuns, mas à ‘guerra de classes’, em que um dos campos, a classe dirigente, não cessou de vencer os oprimidos [...]” (2005, p. 71). Assim, Löwy explica que “o historiador conformista [...] opta sempre pela identificação objetiva com o cortejo triunfante dos dominadores” (LÖWY, 2005, p. 72).

Ao contrário do investigador historicista acusado por Benjamin, a obra literária de Bernardo Kucinski sempre buscou posicionar-se do lado dos vencidos. Em seu romance de estreia, *K: relato de uma busca* (2016), cuja primeira edição veio a público em 2011, o autor relata a história dramática de um pai que busca sua filha desaparecida, Ana Rosa Kucinski; a jovem militante, na verdade, foi sequestrada, torturada e assassinada pela ditadura militar brasileira (1964-1985); seu corpo foi ocultado pelos agentes do regime autoritário e jamais encontrado. Nesse romance, o ponto de vista privilegiado pela narração é o dos vencidos: os militantes vitimados pela ação violenta dos repressores, assim como uma parcela da sociedade brasileira que, contrária ao regime, reconhecia a impossibilidade de viver a democracia e de manifestar-se livremente. Também os torturadores têm voz narrativa em alguns capítulos do romance; esse recurso, contudo, amplia e intensifica o absurdo da barbárie, reforçando a exposição dos sofrimentos da família da jovem desaparecida. Posteriormente, o próprio Kucinski avalia se sua narrativa sobre a ditadura militar não excluiria outras vítimas do autoritarismo ou ainda se não seria injusta com outras formas de memória do período. Na novela metalinguística *Os visitantes* (2016b), o autor dá voz a diversos personagens representantes de outras vítimas da ditadura e do fascismo, que apresentam comentários e objeções à narrativa de *K: relato de uma busca*, ou até mesmo acusam o autor de cometer equívocos de memória ou de julgamento. O volume de contos *Você vai voltar pra mim* (2014), por

sua vez, reúne relatos protagonizados por diversos personagens vencidos no período da ditadura: por exemplo, há histórias sobre militantes presos e torturados, viúvas e mães de pessoas desaparecidas ou assassinadas, opositores ao regime que carregam os traumas da violência mesmo depois da abertura democrática, dentre tantas outras vítimas. Mesmo os romances de Kucinski que não são ambientados durante a repressão perpetrada pela ditadura preocupam-se em manter o ponto de vista narrativo próximo aos vencidos: em *Alice* (2014b), a investigação policial que busca esclarecer o assassinato de uma jovem professora universitária é associada ao pano de fundo de uma universidade ainda marcada por perseguição ideológica e demissões de professores durante a ditadura, assim como por efeitos negativos da ideologia capitalista sobre o ambiente de pesquisa científica; já em *Pretérito imperfeito* (2017), um pai relata sua impotência e seu sentimento de derrota ao tentar salvar um filho que usa drogas de forma descontrolada e destrutiva.

Considerando-se esse histórico literário, *A nova ordem* (2019), último romance publicado por Kucinski, pode causar inicialmente alguma estranheza por dispor a narração predominantemente próxima ao ponto de vista dos dominadores fascistas, concedendo pouca ou nenhuma voz às vítimas da barbárie encenada na narrativa distópica. De fato, na maior parte da obra, o narrador em terceira pessoa relata ações dos líderes e partidários do governo ditatorial, com poucos episódios cujos protagonistas são as vítimas do estado de exceção. A alusão à maioria das vítimas, aliás, é feita apenas por meio de termos genéricos como “utopistas”, “moradores de rua” e “retirantes”, por exemplo. O autor, contudo, não parece ter alguma “empatia com o vencedor”, no sentido benjaminiano. Diante disso, cabe uma pergunta: por que a organização narrativa de *A nova ordem*, em contraste com o conjunto da obra de Kucinski, quase não dá voz às vítimas do fascismo, e sim aos dominadores e torturadores? Para discutir essa questão, é preciso analisar qual é a relação entre ponto de vista narrativo nesse romance distópico, por um lado, e a necessidade ética de posicionar-se ao lado e em defesa das vítimas do fascismo em um contexto de silenciamento dos vencidos, por outro.

*A nova ordem* é uma distopia estruturada em uma dupla narrativa. A trama principal desenvolve a progressiva instalação da Nova Ordem, já implantada no Brasil desde as primeiras páginas da obra. Assim, conta-se uma história protagonizada pelos agentes de um regime fascista e totalitário que tem como pilares o favorecimento ilimitado ao sistema bancário, a exploração máxima dos trabalhadores, a eliminação sumária de adversários políticos e o controle da população por meio de perseguição, censura, tortura e assassinato de grandes grupos populacionais. Embora a sequência de capítulos não apresente a história de maneira rigorosamente linear, deixando

algumas lacunas e recorrendo a alguns recuos narrativos, é possível observar, à medida que o texto avança, um recrudescimento na implantação da Nova Ordem. Assim, se nos primeiros capítulos observamos o fuzilamento de intelectuais potencialmente perigosos ao regime e a perseguição ao grupo político de oposição, os utopistas, nos últimos capítulos quase já não há oposição possível, e os militares que detêm o poder alcançam tal ponto de dominação que decidem instalar chips nas pessoas para, assim, programá-las e controlá-las de acordo com os interesses do governo totalitário. Há, ainda nessa trama principal, o relato de peripécias de sobreviventes e fugitivos do sistema, como Angelino e Messias, por exemplo, mas estes não sustentam o enredo; em vez disso, somente reagem solitariamente às ações dos mais fortes, os militares, tais como Fagundes e Ariovaldo, dois representantes do alto escalão do poder da Nova Ordem.

Paralelamente à narrativa principal, há uma outra: em notas de rodapé, são inseridas explicações sobre os éditos de implantação de medidas adotadas pela Nova Ordem. Ao longo do texto aparecem os resumos de 19 éditos, todos datados de 2019. Nessas notas são explicadas as ações do novo regime, como a implementação da “Economia Neoliberal Coercitiva”, a extinção dos direitos trabalhistas e a declaração da “Igreja Universal do Reino de Jesus” como religião oficial do país, por exemplo. Semelhantes aos Atos Institucionais da ditadura, essas ordens legislativas tornam a narrativa ainda mais distópica, pelo caráter absolutamente autoritário e antidemocrático das resoluções publicadas pelo governo; ao mesmo tempo, constituem referências claras ao presente do escritor, já que diversas ações da Nova Ordem aludem a medidas sugeridas ou efetivadas pela gestão do presidente Jair Bolsonaro, iniciada em 2019.

Todo o romance pode ser compreendido, a partir dos éditos do rodapé, como uma alegoria do tempo presente. Embora as ações narradas na trama principal pareçam projetar os acontecimentos para o futuro, os éditos não deixam dúvida de que o romance faz referência ao próprio ano em que foi publicado: 2019. Gera-se, assim, um efeito curioso: o romance é apresentado ao leitor como uma distopia, e as epígrafes retiradas de Aldous Huxley e George Orwell reforçam esse dado; por outro lado, o leitor encontra a seguinte informação na última página do livro, imediatamente antes da terceira capa: “Esta obra foi impressa em São Paulo em 2019, primeiro ano do governo do presidente Jair Bolsonaro, apologista da Ditadura Militar Brasileira”. Se uma das características mais comuns das distopias é a projeção da ação narrada num futuro imaginado, é curioso observar que Kucinski ambienta sua distopia no mesmo ano da publicação da obra. Talvez o livro esteja sugerindo, dessa forma, que o Brasil já vive, na época mesma da publicação, um presente incredivelmente distópico, e que os sinais do futuro catastrófico já podem ser facilmente identificados no Brasil atual. As

medidas governamentais mencionadas nos éditos da ficção espelham grotesca e exageradamente as tendências políticas e sociais já verificáveis no Brasil contemporâneo, enquanto a trama principal explora as consequências dessas medidas na vida dos personagens.

De fato, no Brasil hodierno já se observa a violência em níveis tão altos que não são raras as afirmações de que a população brasileira vive em um permanente cenário de guerra ou de ficção científica. Além do genocídio das populações negras nas periferias, dos contínuos ataques aos povos indígenas, da exploração dos trabalhadores do campo, da persistente violência contra a mulher, dos números assustadores de crimes motivados por homofobia, racismo e preconceito de classe, para citar apenas alguns exemplos, constata-se no Brasil uma intensificação de políticas governamentais que aceleram o curso da violência nas suas mais diversas formas, ao invés de combatê-la: o brasileiro de 2019 testemunha a destruição das leis trabalhistas e previdenciárias, a liberação de número vertiginoso de novos agrotóxicos altamente prejudiciais à saúde humana e planetária, a intensificação dos tiroteios entre policiais e traficantes de drogas, a banalização do elogio a regimes fascistas e ditatoriais, dentre tantos outros sinais do agravamento da barbárie.

Essa violência profundamente enraizada, ramificada e diversificada, observável nos mais distintos ambientes públicos e privados, em todas as classes sociais e níveis culturais, é, contudo, apagada por um mecanismo ideológico perverso: a própria negação da violência. Marilena Chauí explica que há, no Brasil, um mito de origem: o mito da não violência, elaborado já desde as mais remotas fases da colonização. Por meio dele, sustenta-se que a sociedade brasileira é democrática, festeira, cordial e fraterna, pacífica e ordeira, recusa a hierarquia e trata bem todos os cidadãos e os estrangeiros, por mais diferentes que sejam. Para a manutenção desse mito, flagrantemente incoerente com as observações cotidianas dos próprios brasileiros, criam-se alguns mecanismos: exclusão de quem pratica a violência como “indivíduo que não é brasileiro de verdade” ou como “mau patriota”; distinção entre a suposta essência pacífica e o acidente violento, este limitado a um tempo e espaço específicos; delimitação jurídica da violência ao campo da delinquência e da criminalidade; isolamento da violência em “ondas”, “epidemias” ou “anomias” circunscritas; e, por fim, inversão do real, por meio da qual comportamentos violentos são dissimulados como não violentos, necessários ou até mesmo protetivos (CHAUÍ, 2017, p. 36-41). Ainda segundo a autora,

Graças ao mito da não violência, deixamos na sombra o fato brutal de que vivemos numa sociedade oligárquica, verticalizada, hierarquizada, autoritária e por isso mesmo

violenta, que bloqueia a concretização de um sujeito ético e de um sujeito político, isto é, de uma subjetividade e de uma intersubjetividade verdadeiramente éticas e da cidadania verdadeiramente democrática. (CHAUÍ, 2017, p. 48)

Para a sustentação desse mito da não violência, é preciso impedir que as vítimas tenham voz. Qualquer discurso dissonante em relação à ideologia oficial propagada pelo governo autoritário deve ser severamente calado, ou ignorado, ou ainda, em último caso, ridicularizado como falso ou delirante. Dessa maneira, as vítimas da violência são invisibilizadas. Em momentos de avanço do poder das classes dirigentes e radicalização das desigualdades, como costuma ocorrer durante regimes políticos autoritários ou totalitários, sempre se impede severamente que o clamor das vítimas da opressão seja ouvido pela pequena parcela da população beneficiada pelo regime. Mantém-se, assim, o mito da não violência por meio do sufocamento dos sujeitos violentados, reduzidos ao mutismo.

Mesmo em períodos supostamente democráticos, o silenciamento dos grupos sociais mais fragilizados é notável. No Congresso Nacional, ainda hoje são sub-representados os grupos minoritários, como negros, gays, mulheres e pobres; há, inclusive, grupos que não têm qualquer representação parlamentar nacional, como transexuais e camponeses analfabetos. Também na literatura as minorias têm pouca ou nenhuma voz: a pesquisadora Regina Dalcastagnè (2012) demonstrou recentemente, com base em estatísticas, que as três maiores editoras brasileiras que publicam literatura privilegiam, tanto no perfil do autor quanto no dos personagens, o homem branco, heterossexual, escolarizado e pertencente às classes médias e altas, em detrimento de mulheres, negros, gays, analfabetos e pobres. Quando há acúmulo de dois fatores de exclusão, por exemplo, mulheres negras ou gays pobres, o silenciamento é quase total.

Lilia Moritz Schwarcz, em discussão parecida à proposta por Marilena Chauí, lembra que a formação de uma ideia de pátria no Brasil é, desde o início, sustentada em apagamentos da violência e elaboração de mitos de origem falaciosos e adequados aos interesses dos dominadores:

E, por aqui, a história do dia a dia costuma sustentar-se a partir de quatro pressupostos tão básicos como falaciosos. O primeiro deles leva a supor que este seja, unicamente, um país harmônico e sem conflitos. O segundo, que o brasileiro seria avesso a qualquer forma de hierarquia, respondendo às adversidades sempre com uma grande informalidade e igualdade. O terceiro, que somos uma democracia plena, na qual inexistiriam ódios raciais, de religião e de gênero. O

quarto, que nossa natureza seria tão especial, que nos asseguraria viver num paraíso. (SCHWARCZ, 2019, p. 22)

A manutenção desses mitos, que sustentam a elaboração de uma história oficial e alimentam uma ideologia falaciosa de uma sociedade pacífica e democrática, é uma estratégia velada e terrível de calar os oprimidos e desautorizar as lutas de quem grita por direitos, por igualdade e por democracia. Afinal, para quem acredita que a sociedade brasileira é afável, harmônica, festeira e democrática, aqueles que ousam reivindicar direitos de plena participação social e melhores condições de vida não passam de loucos desordeiros, subversivos mal-intencionados ou idiotas manipuláveis. A manutenção dos pressupostos elencados por Schwarcz são formas paradoxalmente sutis e extremamente violentas de manter o silenciamento e a invisibilidade de vários grupos sociais, minoritários em direitos embora incrivelmente majoritários em números populacionais. Por isso, no decorrer de todo o livro, Schwarcz se esforça por argumentar pela falsidade e violência desses pressupostos, demonstrando como tanto o passado quanto o presente do Brasil são atravessados por práticas de racismo, mandonismo, patrimonialismo, corrupção, desigualdade social, violência e intolerância, dentre outros problemas sociais. A autora lembra que as histórias de racismo “não terminam com a mera troca de regimes; elas ficam encravadas nas práticas, costumes e crenças sociais, produzindo novas formas de racismo e de estratificação” (SCHWARCZ, 2019, p. 32); o mesmo pode ser dito em relação à violência da polícia durante a ditadura ou ao genocídio dos índios depois do fim da colonização portuguesa no Brasil, por exemplo.

Na distopia de Kucinski, o cenário brasileiro é levado ao paroxismo: a censura, a perseguição aos adversários políticos e a violência contra a população fragilizada chega a níveis tão altos que não é possível sequer ouvir o lamento dos trabalhadores explorados até a miséria ou o grito de revolta dos contestadores da nova ordem política. A classe dirigente da Nova Ordem emprega todo esforço para a manutenção do mito da não violência: enquanto esposas dos dirigentes políticos fazem compras em *free-shops*, opositores ao regime são perseguidos, mendigos são recolhidos das ruas e refugiados são exterminados, dentre várias outras ações desse tipo. Ao final, a instalação dos “chips de customização de humanos” é a solução definitiva para a manutenção de uma aparência de harmonia, concórdia e justa integração social para uma pequena parcela da população que ainda detém o privilégio da cidadania.

Jaime Ginzburg lembra que, “para que possamos defender direitos, precisamos ter a capacidade de formulá-los, estabelecendo as condições necessárias para sua inteligibilidade” (2017, p. 170); além disso, Ginzburg

acrescenta: “Em casos em que os interesses se direcionam à exclusão social, criar condições para que não se desenvolva uma linguagem propícia à resistência pode ser oportuno e conveniente para o controle conservador das relações sociais” (GINZBURG, 2017, p. 171). Em *A nova ordem*, os personagens que poderiam contestar o regime totalitário, como os professores universitários ou os militantes utopistas, são sumariamente assassinados; o restante da população é reduzido a tal condição de pobreza e humilhação que não tem condições de elaborar um discurso inteligível de reivindicação de direitos e resistência à violência. É claro que o autor poderia optar por um narrador que intercedesse pelos personagens dominados e oferecesse ao leitor o contato com os problemas subjetivos dos sofredores então tornados protagonistas; é o que acontece, segundo Ginzburg, nas obras de Graciliano Ramos e Clarice Lispector, nas quais “Fabiano e Macabéa nos colocam diante do problema da possibilidade mesma da enunciação dos direitos humanos. [...] É por intermédio do narrador intelectualizado que tomamos contato com o pobre de recursos” (GINZBURG, 2017, p. 175). Não é essa, contudo, a aposta estética de Kucinski em *A nova ordem*, em que há um narrador frio e objetivo, cuja narrativa mais se assemelha a um relatório sumário do que a um romance com ambições a complexas elaborações discursivas; portanto, um narrador que expõe, de maneira despojada e chocante, o cenário de horror e extermínio em que vivem os personagens vitimados pela Nova Ordem. O efeito de aversão à violência é buscado, dessa forma, pela exposição brusca aos fatos narrados, e não pela introspecção psicológica.

A violência constitutiva da sociedade brasileira não é marca genuína do presente, mas produto de um longo processo histórico e, por isso, está profundamente enraizada social e ideologicamente. Como observa Marilena Chauí,

Estamos acostumados a considerar que, no Brasil, periodicamente o Estado assume uma feição autoritária. Estamos acostumados também a admitir que esse autoritarismo periódico do Estado brasileiro decorre de sua formação, pois, afinal, enquanto nos demais países do mundo as repúblicas modernas surgiram por meio de revoluções sociais e políticas, no Brasil, as mudanças políticas sempre foram feitas por golpes de estado: a Independência, a Proclamação da República, 1937, 1964 são datas que mostram a história política brasileira como história golpista. (CHAUÍ, 2017, p. 173)

A própria autora completa: “Não digo que periodicamente o Estado assume a feição autoritária e, sim, digo que a sociedade brasileira está

organizada de tal modo, nela as relações sociais são de tal tipo que se trata de uma sociedade violenta enraizadamente autoritária” (CHAUI, 2017, p. 174). De fato, se considerarmos a longa história de exploração colonial, de genocídio dos povos indígenas e de escravização dos povos africanos, assim como os dois períodos de ditadura vividos no século XX, é difícil escapar à constatação de que a democracia não é a regra da história brasileira, uma regra que teria sido interrompida por períodos excepcionais de autoritarismo e violência. Ao contrário, os poucos períodos em que o Brasil viveu uma frágil e questionável democracia é que constituem excepcionalidades no curso da história do país. No século XX, há uma alternância entre períodos chamados de democráticos e períodos mais autoritários, sem que haja, nas transições entre eles, grandes alterações sociais, muito menos revoluções que transfeririam efetivamente o poder das velhas oligarquias dirigentes às classes populares. Portanto, a violência é contínua no Brasil, e não episódica. O autoritarismo da Era Vargas (1930-1945) e a ditadura civil-militar (1964-1985) são momentos de maior evidência e endurecimento de uma formação social autoritária, violenta e persistente. Por isso, não parece muito delirante a hipótese de que o Brasil passe novamente a viver outros períodos autoritários sob estado de exceção.

Isso talvez explique por que o futuro ficcional elaborado por Kucinski tem tanta aparência de passado: a distopia kucinskiana é o retorno do já vivido, é a permanência da violência originária que continua sempre na própria constituição da sociedade brasileira. Nessa perspectiva, é curioso observar as marcas do passado em *A nova ordem*, que vão desde o vocabulário até as formas de organização do Estado. Por exemplo, o emprego do termo “catedrático”, em lugar de “professor universitário”, soa antiquado ao leitor contemporâneo, ainda mais quando esse vocábulo é contextualizado em um cenário futuro; o mesmo vale para o veículo “Kombi” dirigido pelo sargento Messias e para a carreta empurrada por Angelino em pleno centro de São Paulo. Há, também, na trama, vários padres e freiras, assim como madames que não trabalham e são sustentadas pelos maridos; os nomes próprios dos personagens principais igualmente parecem mais típicos do passado que do futuro, como Angelino, Ariovaldo, Marilda, Germana e Lindoso, por exemplo. Tudo isso ainda pode existir hoje, é certo, mas esses recursos provocam uma sensação de anacronismo e uma impressão de que o futuro imaginado é povoado por reminiscências do passado. Aspecto mais sério do passado evocado pelo autor é a repetição de situações já vividas no Brasil: por exemplo, na Nova Ordem o Brasil é governado por militares, similarmente ao que ocorreu na ditadura iniciada com o golpe de 1964. O início do romance *A nova ordem*, com prisões de cientistas e intelectuais, também é sintomático, por retomar ficcionalmente a perseguição a intelectuais durante a ditadura militar e, por outro lado, a lamentável

colaboração de alguns cientistas com o regime, como constata o personagem Rogério no romance *Alice*: “Professora, pelo que sei, tinha agente do DOI-CODI dentro da reitoria [da USP]. Sendo assim, dava pra contestar?” (KUCINSKI, 2014b, p. 123); e ainda: “Alguns cientistas tinham prestígio junto aos generais. O Akira colaborava com o programa nuclear e ainda colabora” (KUCINSKI, 2014b, p. 123). Também na época de Vargas os intelectuais de esquerda, os supostos comunistas e os políticos de oposição foram perseguidos e presos, como narra Graciliano Ramos em suas *Memórias do cárcere*: “O mundo se tornava fascista. Num mundo assim, que futuro nos reservariam? Provavelmente não havia lugar para nós, éramos fantasmas, rolaríamos de cárcere em cárcere, findaríamos num campo de concentração. Nenhuma utilidade representávamos na *ordem nova*”<sup>3</sup> (2018, p. 160, grifos nossos). Ou seja, o futuro criado por Kucinski tem jeito de passado porque ecoa exageradamente a violência e o autoritarismo que são antigos e permanentes na história do Brasil.

A *nova ordem* reedita, portanto, a narrativa de um contexto político já várias vezes experimentado no Brasil, a despeito das peculiaridades de cada período histórico. Por exemplo, a descrição da ditadura civil-militar por Vladimir Safatle seria também bastante adequada para a sociedade distópica da Nova Ordem:

A necessidade da difusão da “cultura do medo” auxiliou no estabelecimento de critérios para a ocultação ou divulgação das notícias sobre a tortura, os mortos e os desaparecidos políticos. A tortura garantiu, em larga medida, a eficiência não somente como método de interrogatório, mas como forma de controle político. A censura e o domínio exercido sobre as instituições culturais como universidades, cinemas, teatro, TV e jornais impuseram o silêncio e estimularam a autocensura, difundiram a sensação de isolamento e descrença e foram fortes elementos dissuasivos. (SAFATLE, 2010, p. 257)

Mesmo que o cenário dos períodos de exceção vividos no passado tenha sido tão aterrador, não há, contudo, um trabalho efetivo de elaboração da memória, de julgamento dos crimes dos torturadores e de alteração profunda dos valores socioeconômicos e das organizações institucionais que

---

<sup>3</sup> Em *K: relato de uma busca*, Kucinski cita Graciliano Ramos na carta da jovem militante a uma amiga: “Minha única alegria hoje, além da paixão de que já te falei, é uma cachorrinha que ganhei dele, uma graça, tratamos como filha, banho de xampu toda semana, passeio no parque toda tarde. Se chama Baleia. Homenagem ao Graciliano, claro” (KUCINSKI, 2016, p. 47). Também em *A nova ordem* Kucinski faz alusão a Graciliano Ramos, empregando a expressão “ordem nova”, com os termos em posição invertida, como título do romance.

conduziram o Brasil à ditadura e a todo o horror dela decorrente. Não há garantia, assim, de que esse horror não volte a se repetir no futuro, como imagina Kucinski. Como denuncia Eurídice Figueiredo,

No Brasil não se cultiva a memória política porque a anistia significou amnésia, o país se recusa a enfrentar seu passado, a rever os crimes cometidos, a expor as atrocidades perpetradas por um regime de exceção. [...] enquanto vigorar essa lei iníqua que perdoou os torturadores e os assassinos, o Brasil não ousará olhar para seu passado, continuará sendo um país desmemoriado, ou, como diz B. Kucinski, um país que sofre de Alzheimer. (FIGUEIREDO, 2017, p. 26)

A metáfora do “mal de Alzheimer nacional”, proposta por Kucinski no texto de abertura de *K: relato de uma busca* (2016, p. 15), é bastante produtiva, nesse sentido. O Brasil sofre de um esquecimento crônico de seu passado. Essa falta de memória provoca a repetição, a incapacidade de julgar, a tendência à simplificação rasteira de questões complexas e profundas, a dificuldade de resolver problemas, a irritabilidade constante, a perda da autonomia e a necessária entrega da condução do próprio destino a um tutor ou salvador, frequentemente autoritário. Perde-se a emancipação e a capacidade de crítica. Assim, o “mal de Alzheimer nacional” é metáfora de um Brasil com dificuldade de elaborar sua identidade, com tendência à repetição de seu passado e omissa na prevenção contra problemas futuros. De acordo com Márcio Seligmann-Silva,

Quando a memória da dor é negada após os pactos de transição, o que ocorre é uma extensão do estado de exceção que perdura no campo da memória. A memória da dor e a tarefa do luto das vítimas da ditadura são legadas apenas aos seus amigos e familiares. Kucinski fala de uma privatização da memória da violência e da dor. No caso brasileiro, essa situação também se reflete no âmbito jurídico: na medida em que nesse país não ocorreu um processamento jurídico da ditadura, não ocorreu tampouco a fundamental entronização dos direitos humanos como parte essencial da política de qualquer Estado moderno. (2019, p. 4)

Nessa mesma linha de pensamento, Maria Rita Kehl afirma que o esquecimento da tortura praticada durante a ditadura e mesmo depois dela produz “a naturalização da violência como grave sintoma social no Brasil” (2010, p. 124). “A impunidade não produz apenas a repetição da barbárie:

tende a provocar uma sinistra escalada de práticas abusivas por parte dos poderes públicos, que deveriam proteger o cidadão e garantir a paz” (KEHL, 2010, p. 124). Dessa forma, “a tortura resiste como sintoma social de nossa displicência histórica” (KEHL, 2010, p. 132).

A falta das políticas de elaboração da memória coletiva e a consequente omissão do Estado na defesa enfática dos direitos humanos deixam aberto o caminho para a reinstalação do estado de exceção, ainda vivo nos discursos de diversos grupos sociais mais próximos às elites, em instituições públicas e privadas e na própria organização da sociedade em classes desiguais e grupos com absurda disparidade de direitos. Em outras palavras, o esquecimento daquilo que é narrado em *K: relato de uma busca* pode conduzir o Brasil àquilo que se narra em *A nova ordem*.

Nessa perspectiva, o conto “Você vai voltar pra mim”, integrante do volume homônimo lançado por Kucinski em 2014, é bastante significativo. Nesse conto, uma mulher, depois de ter sido barbaramente torturada, é levada para julgamento em um tribunal da Justiça Militar. Antes de sair para a audiência, o torturador alertara: “Veja bem o que você vai dizer, não se esqueça que depois você volta pra cá; você volta pra mim” (KUCINSKI, 2014, p. 69). Na audiência, a mulher não suporta ficar calada e denuncia publicamente a sevícia a que fora submetida, ameaçando suicidar-se caso tenha que voltar para o centro de torturas. Depois de longa negociação entre juiz, procurador e advogado, a sentença indica que ela será enviada para um presídio feminino comum. Mas, para estupefação do leitor e desespero da mulher torturada, o camburão que a conduz entrega-a diretamente para o mesmo torturador que a supliciará, o qual a recebe com cinismo: “Eu disse que você ia voltar pra mim, não disse? Vem, benzinho, vamos brincar um pouco” (KUCINSKI, 2014, p. 71). Considerando-se o conjunto da obra de Kucinski, pode-se supor que esse conto funciona como uma alegoria para a própria sociedade brasileira que, não tendo ouvido o grito desesperado das vítimas da tortura, e, ao contrário disso, tendo tolerado negligentemente os graves desrespeitos aos direitos humanos praticados durante o regime militar, vê-se novamente governada, em 2019, por um grupo político autoritário que também desrespeita os direitos humanos, zomba da democracia e exalta torturadores, policiais violentos e ditadores, tanto do Brasil quanto de outros países. A ameaça “Você vai voltar pra mim”, pronunciada por um torturador que representa o próprio autoritarismo do estado de exceção, parece efetivar-se no cenário político do Brasil contemporâneo. O conto de Kucinski é encerrado com uma única frase, com linguagem objetiva e efeito desesperador: “Os outros em volta riem” (2014, p. 71). Diante do sofrimento da militante torturada, grande parte da sociedade fecha os olhos, alienada pelos meios de comunicação de massa ou conscientemente conivente com os crimes praticados pelo Estado de exceção.

Nesse sentido, pode ser apontada a relação de continuidade entre o primeiro e o mais novo romance de Kucinski. O conto “Você vai voltar pra mim” pode ser lido como um elo que manifesta a continuidade entre ambas as obras, ou, em outras palavras, como manifestação do retorno do terror da ditadura passada sob a forma da distopia totalitarista do futuro, já claramente entrevista no presente. *A nova ordem* denuncia oportunamente a volta do governo brasileiro para as mãos de um grupo político (talvez, melhor dizendo, antipolítico) que exalta torturadores, sob a ação dos quais sucumbiu a personagem desaparecida de *K: relato de uma busca*. O período de democracia vivido após 1985, embora tenha demonstrado avanços consideráveis em aspectos econômicos e sociais, apenas simulou uma superação dos abusos da ditadura quanto ao respeito aos direitos humanos, à condenação da violência policial e ao apreço pelos valores democráticos e republicanos. Como resultado disso, o Brasil atualmente é governado por um presidente que frequentemente elogia ditadores e torturadores; por exemplo, Carlos Alberto Brilhante Ustra, militar que chefiou o DOI-CODI e foi responsável direto pela tortura e assassinato de dezenas de pessoas durante a ditadura, foi qualificado pelo presidente como “herói nacional”.<sup>4</sup> Seu ministro da economia, por sua vez, declarou publicamente: “Não se assustem então se alguém pedir o AI-5. Já não aconteceu uma vez?”<sup>5</sup> Estes são apenas dois exemplos da farta comprovação da permanência do pensamento autoritário no Brasil atual. Assim, tal como no relato da farsa jurídica encenada no conto “Você vai volta pra mim”, o que frequentemente se observa na assim chamada nova democracia brasileira é um alto índice de omissão, conivência ou tolerância no que se refere à memória das vítimas da ditadura, à revisão das práticas policiais e à denúncia dos permanentes e frequentes abusos autoritários em vários setores das esferas pública e privada.

Também é notória na política brasileira posterior a 2016 a aliança cada vez mais próxima entre neoliberalismo, autoritarismo e conservadorismo. Por um lado, as pautas avançam na retirada de direitos das classes trabalhadoras em favorecimento da elite capitalista e empresarial; por outro lado, fica cada vez mais evidente uma tendência ao estabelecimento de limites à liberdade de opinião, de imprensa e às liberdades individuais de maneira geral. Atento a esse cenário, Kucinski elabora os éditos de *A nova ordem* relacionando-os claramente a algumas medidas já tomadas ou

---

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, reportagem publicada pelo *site* da revista *Veja* em 8/8/2019, disponível em <https://bit.ly/2OWEFqP>, em que também se relata que Jair Bolsonaro já havia exaltado publicamente o coronel Brilhante Ustra durante a votação do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, ela própria torturada durante a ditadura militar. Acessado em: 28/11/2019.

<sup>5</sup> Reportagem da *Folha de S. Paulo* publicada em 26/11/2019 e disponível em <https://bit.ly/2R35Kv1>. Acessado em: 28/11/2019.

anunciadas pelos governos de Michel Temer e, numa radicalização ainda maior, de Jair Bolsonaro.

O emprego do próprio termo “édito”, instrumento jurídico mais próprio a uma monarquia absolutista do que a uma república democrática, demonstra o autoritarismo da Nova Ordem, aliada ao neoliberalismo e ao conservadorismo. Um dos “catedráticos” presos no primeiro capítulo do romance, dialogando com um colega que qualifica a Nova Ordem como fascismo, responde: “Chame como quiser; eu digo que vivemos um estado excitado do capitalismo que se manifesta sempre que é preciso refrear os avanços do povo” (KUCINSKI, 2019, p. 15).<sup>6</sup> Nesse estado de capitalismo avançado, os éditos constituem medidas autoritárias que beneficiam uma elite privilegiada enquanto intensificam em níveis fantásticos a exploração, a opressão e a desigualdade social.

Embora não se possam classificar rigorosamente os éditos em categorias bem definidas, é possível vislumbrar três grandes grupos. O primeiro grupo diz respeito à regulação da economia em torno do sistema bancário e da intensificação da exploração das classes trabalhadoras. Assim, o Édito 01/2019 (p. 26-7) regulamenta a produtividade do trabalho, por meio da extinção das leis trabalhistas, do Ministério do Trabalho e da Justiça do Trabalho, dentre inúmeras outras ações contrárias aos interesses dos trabalhadores. O Édito 02/2019 (p. 10) institui a Economia Liberal Coercitiva, que implanta um neoliberalismo extremado como política econômica e extingue projetos de assistência social. O Édito 03/2019 (p. 12) obriga todos os brasileiros a abrirem conta bancária e tomarem empréstimos pessoais com os bancos. Esses três primeiros éditos já dão uma boa ideia da principal finalidade da Nova Ordem: defender os privilegiados pela economia neoliberal, em prejuízo absoluto das classes trabalhadoras. Há também éditos que estabelecem a criação de zonas de comércio livre de impostos para os mais ricos, a concentração fundiária, a extinção dos órgãos de controle ambiental e outras ações semelhantes.

O segundo grupo de éditos trata do controle político, da perseguição aos opositores “utopistas”, da censura à imprensa e à cultura e da repressão violenta às liberdades individuais. Como exemplo, o Édito 04/2019 (p. 29) institui a Agência Nacional de Vigilância Social, por meio da qual se cria uma rede de espionagem e denúncia dos cidadãos, concede-se aos policiais a Exclusão de Ilicitude e extinguem-se as leis protetivas como o Estatuto do Desarmamento e o Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outras medidas parecidas. O Édito 06/2019 (p. 102) institui as Diretrizes da Escola sem Partido, que extinguem a liberdade de cátedra e controlam o currículo

---

<sup>6</sup> Desse ponto em diante, as citações de *A nova ordem* serão indicadas apenas pelo número das páginas dessa mesma edição.

escolar de acordo com os interesses dos dirigentes governistas. O Édito 08/2019 (p. 117) estabelece o controle da programação de TV. Há dois editos com o número 09/2019; o primeiro deles (p. 31) determina a censura à internet e dá à Nova Ordem o poder de coletar dados dos cidadãos. Nesse sentido, há também regras que censuram obras artísticas, proíbem a edição e a circulação de livros, regulamentam as atividades das universidades federais e encerram atividades de institutos de pesquisa, dentre várias outras medidas de coerção social.

O terceiro grupo de editos atende aos interesses dos grupos conservadores, moralistas e religiosos fundamentalistas. Esses editos pretendem controlar o comportamento das pessoas e instituir um fundamentalismo moral-religioso como política de Estado. Assim, o Édito 07/2019 (p. 103) proíbe a fabricação e a circulação de bebidas alcoólicas. O Édito 12/2019 (p. 48) prevê normas de comportamento como obrigatoriedade de uso de crachás, critérios de adequação de peças de vestuário feminino, repressão a festas em que sejam tocados determinados estilos musicais, abolição do Carnaval, declaração do aborto como crime hediondo, dentre diversas outras normas nessa linha. O Édito 22/2019 (p. 98) declara a Igreja Universal do Reino de Jesus como religião oficial do Estado, tolerando os setores conservadores da Igreja Católica e instituindo a perseguição religiosa a práticas de origem africana, dentre outras ações relativas às práticas espirituais. Há ainda várias outras regras de controle dos costumes e da vida religiosa da população.

Sem pretensão de estabelecer um resumo completo e uma classificação exaustiva dos 19 editos da Nova Ordem mencionados no romance, a relação acima demonstra claramente o objetivo do regime político imaginado por Kucinski: a máxima exploração das classes trabalhadoras, o máximo lucro dos capitalistas, o máximo controle político dos cidadãos e o máximo controle moral da população. O fascismo da Nova Ordem tem três faces: ultracapitalista na economia, repressora na política e conservadora nos costumes. Essas também foram bandeiras levantadas pela ditadura militar brasileira e por outros fascismos ao redor do mundo. A Nova Ordem, assim, já nasce velha. “Nosso modelo é o chileno, despejar em alto mar” (p. 128), afirma o general Fagundes, numa indubitável alusão à política que associava a proteção do capitalismo ao extermínio dos opositores durante a brutal ditadura do general Pinochet no Chile.

Na distopia de Kucinski, o resultado do apagamento da memória sobre a violência passada e presente conduz a um estado mais exacerbado de invisibilidade e extermínio dos oprimidos. Em *A nova ordem*, o único personagem oprimido que tem voz é Angelino, oriundo das classes elitistas, já que “Angelino foi engenheiro, tem diploma” (p. 29). É de Angelino, aliás, o maior gesto de resistência no livro, o “justiçamento do General Fagundes”,

conforme título do capítulo XXI. As demais vítimas, pobres e pouco escolarizadas, sequer são nomeadas no texto. No capítulo XIV, o general Fagundes busca uma “resposta aos reclamos da população contra as hordas de mendigos que vêm infestando as cidades” (p. 124), como se os mendigos não fizessem parte da população e merecessem ser tratados como insetos ou ratos. Com efeito, os mendigos são as primeiras cobaias escolhidas pelo cientista Ariovaldo, militar que atua como o cérebro da organização de tortura e extermínio da população pobre ou indesejada (p. 88). A seguir, as multidões de retirantes nordestinos, reduzidas à miséria, são vitimadas pelas experiências exterminadoras de Ariovaldo (p. 90). O projeto gradativamente se amplia para a eliminação de todas as minorias: o general Fagundes declara seu plano de exterminar diversas “categorias de indesejáveis”: “[...] já fizemos isso com os homos e com o trans; só que fizemos às escondidas e agora é às claras; depois dos moradores de rua serão as prostitutas, os drogados, os aleijados, os cegos, os doentes mentais, os portadores de síndrome de Down, esses inúteis todos, um grupo de cada vez” (p. 125). O general Fagundes não esconde a aliança entre o extermínio fascista e a ordem econômica:

Nosso objetivo é ambicioso, de dimensão estratégica. Não se trata apenas de eliminar minorias indesejáveis, queremos adequar a força de trabalho ao novo modo de produção da agroindústria. O Brasil da Nova Ordem não precisa de 210 milhões de habitantes. Basta um mercado interno de 30 milhões de famílias, já que o agronegócio é voltado essencialmente para a exportação. (p. 126)

Theodor W. Adorno, em texto de 1963, apontou a relação entre a permanência do fascismo e a manutenção da ordem econômica. “A sobrevivência do fascismo e o insucesso da tão falada elaboração do passado, hoje desvirtuada em sua caricatura como esquecimento vazio e frio, devem-se à persistência dos pressupostos sociais objetivos que geram o fascismo” (ADORNO, 2012, p. 43). Segundo Adorno, o fascismo não é produzido somente a partir de disposições subjetivas: “A ordem econômica e, seguindo seu modelo, em grande parte também a organização econômica, continuam obrigando a maioria das pessoas a depender de situações dadas em relação às quais são impotentes, bem como a se manter numa situação de não-emancipação” (ADORNO, 2012, p. 43). Assim, segundo Adorno, as pessoas precisam abrir mão da ideia de subjetividade autônoma e adaptar-se à situação existente.

A necessidade de uma tal adaptação, da identificação com o existente, com o dado, com o poder enquanto tal, gera o potencial totalitário. Este é reforçado pela insatisfação e pelo ódio, produzidos e reproduzidos pela própria imposição à adaptação. Justamente porque a realidade não cumpre a promessa de autonomia, enfim, a promessa de felicidade que o conceito de democracia afinal assegurara, as pessoas tornam-se indiferentes frente à democracia, quando não passam até a odiá-la. (ADORNO, 2012, p. 43-4)

O fascismo não nasce apenas do interesse subjetivo dos líderes racistas ou fundamentalistas, mas de necessidades econômicas inerentes ao capitalismo. A resistência ao avanço desse fascismo exigiria, então, segundo Adorno, mais do que a tentativa de atingir emocionalmente os fascistas e assim gerar empatia pelas vítimas silenciadas ou aniquiladas: para impedir o retorno do fascismo, é preciso combater a ordem econômica exploratória e geradora de frustrações. Adorno entende, portanto, que a elaboração do passado, condição necessária para que ele não se repita, supõe a transformação da ordem econômica que impede a emancipação e a satisfação das pessoas. Para a elaboração do passado, é necessária a ruptura com a ordem social em que ele se fundamentou. “O passado só estará plenamente elaborado no instante em que estiverem eliminadas as causas do que passou. O encantamento do passado pôde manter-se até hoje unicamente porque continuam existindo suas causas” (ADORNO, 2012, p. 49). Para que se impeça a implantação de algo semelhante à Nova Ordem, é preciso, portanto, que o Brasil elabore adequadamente o seu passado.

Walter Benjamin, na sétima tese sobre o conceito de história, afirma que “nunca houve um documento da cultura que não fosse também um documento da barbárie. E, assim como o próprio bem cultural não é isento de barbárie, tampouco o é o processo de transmissão em que foi passado adiante” (BENJAMIN, 2012, p. 245). Assim, Benjamin afasta-se da ideia de que a história constitui um fluxo progressivo em que a alta cultura de uma civilização avançada tomaria gradativamente o espaço antes ocupado pela barbárie; ao contrário disso, Benjamin vê civilização e barbárie dialeticamente caminhando juntas, numa aliança contraditória. A partir dessa observação, o filósofo sugere uma recusa ao historicismo conformado e servil, de forma a defender a ideia de que o historiador se coloque numa atitude de “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 2012, p. 245). Michael Löwy, mais uma vez, esclarece: “Escovar a história a contrapelo – expressão de um formidável alcance historiográfico e político – significa, então, em primeiro lugar, a recusa em se juntar, de uma maneira ou de outra, ao cortejo triunfal que continua, ainda hoje, a marchar sobre aqueles que

jazem por terra” (LÖWY, 2005, p. 75). O significado histórico do imperativo de “escovar a história a contrapelo”, ainda segundo Löwy, consiste em colocar-se contra a corrente da versão da história contada pelos vencedores, opondo-lhe a “tradição dos oprimidos” (2005, p. 74). Esse imperativo tem ainda um significado político:

[...] a redenção/revolução não acontecerá graças ao curso natural das coisas, o “sentido da história”, o progresso inevitável. Será necessário lutar contra a corrente. Deixada à própria sorte, ou acariciada no sentido do pelo, a história somente produzirá novas guerras, novas catástrofes, novas formas de barbárie e opressão. (LÖWY, 2005, p. 74)

Também a crítica literária era vista por Benjamin “como um meio de crítica de todo o sistema cultural e de sua base econômica” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 48). Dessa maneira, a crítica alia-se à historiografia e à própria produção de obras literárias, assim como à arte em geral, para, por um lado, oferecer outra visão da história, distinta da versão dos vencedores, e, por outro, agir contra o movimento histórico de continuidade e intensificação da barbárie.

É nesse sentido que deve ser lida a distopia de *A nova ordem*. O autor emprega, nesse romance, uma linguagem objetiva que desnuda o horror do fascismo e as possibilidades destrutivas de um capitalismo em estágio ultra-avançado. Dessa maneira, Kucinski oferece ao leitor uma terrível visão de um cenário ao qual a história brasileira pode chegar caso não haja uma interrupção dos rumos já claramente observáveis na época da publicação do romance. Como afirma Seligmann-Silva, “[...] a técnica literária de Kucinski aqui nessa obra consiste em duplicar a realidade para provocar um estranhamento. [...] A duplicação irônica permite um distanciamento crítico, estranhar o estranho, ou seja, a naturalização da barbárie” (2019, p. 7).

O progresso linear dos valores (anti)políticos e ideológicos que conduzem a sociedade brasileira em 2019 só pode conduzir ao silenciamento das minorias, ao cerceamento das liberdades democráticas, à inviabilização das possibilidades de sobrevivência dos mais fracos e, numa escala mundial, à destruição das próprias condições de vida no planeta. Ou seja, Kucinski elabora em *A nova ordem* uma conjuntura socioeconômica exagerada e catastrófica como possível consequência da evolução da história brasileira caso o movimento siga no sentido dos projetos já bem delineados no presente. O escritor projeta num futuro próximo um cenário social distópico e chocante com a provável finalidade de colocar também o leitor contemporâneo diante de seu presente espelhado em proporções

macroscópicas e, assim, sensibilizá-lo e persuadi-lo a posicionar-se contra o curso dos acontecimentos.

Num estágio futuro em que o capitalismo avançado pudesse levar às últimas consequências o seu inerente projeto fascista de explorar, oprimir, segregar e excluir, não haveria mais nenhum espaço possível para a manifestação dos vencidos; para que se ouça a voz dos oprimidos, é preciso evidentemente que estes ainda não tenham sido eliminados e que haja ouvidos ainda sensíveis à escuta. Por isso, o romance de Kucinski não dá voz aos vencidos: na distopia elaborada ficcionalmente pelo autor, o estado de barbárie já se instalou definitivamente, calando qualquer possibilidade de emergência dessa voz. Mas em nossa época, contemporâneos que somos do autor, ainda há espaço para a resistência. Como o historiador da proposta de Benjamin, tanto o escritor quanto o crítico literário e o leitor em geral ainda estão em condições de lutar contra a corrente, interromper o fluxo da barbárie, “escovar a história a contrapelo”. Ainda nos é possível interpretar os sinais dos tempos e impedir o avanço do fascismo. A obra de Kucinski, nesse sentido, funciona como uma alerta eloquente e sonoro: a resistência não só é possível, como é urgente e imprescindível.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. O que significa elaborar o passado. In: *Educação e emancipação*. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 222-34.

CHAUÍ, Marilena. *Sobre a violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Horizonte, 2012.

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempos de violência*. 2.ed. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2017.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 123-32.

KUCINSKI, Bernardo. *Você vai voltar pra mim e outros contos*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

\_\_\_\_\_. *Alice: não mais que de repente*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014b.

\_\_\_\_\_. *K: relato de uma busca*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

\_\_\_\_\_. *Os visitantes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016b.

\_\_\_\_\_. *Pretérito imperfeito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

\_\_\_\_\_. *A nova ordem*. São Paulo: Alameda. 2019.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2005.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 50.ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 133-49.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A atualidade de Walter Benjamin e Theodor Adorno*. 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2010.

\_\_\_\_\_. *Pensando o tempo na Nova Ordem: sobre as verdades da ficção e a nova organização do pessimismo*. Palestra ministrada no XVI Congresso Internacional da ABRALIC, ocorrido na Universidade de Brasília entre os dias 15-19/07/2019.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Data de recebimento: 23 mar. 2020

Data de aprovação: 13 nov. 2020